



Gabriel Bernardino Presidente da ASF

“Portugal tem lacunas significativas na cobertura de seguros”

Textos ISABEL VICENTE
Foto NUNO BOTELHO

O presidente da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF) responsabiliza sucessivos governos, sector segurador, banca e supervisores pelas faltas de proteção em riscos importantes que podem ser cobertos pelo sector segurador, que agora supervisiona. Portugal tem várias lacunas e atrasos em áreas como a proteção de catástrofes, cibersegurança e mecanismos de compensação para a reforma. Insiste que é preciso criar um novo produto para a reforma com incentivos fiscais e diz que os PPR (Planos Poupança Reforma) foram adulterados.

■ Tem dito que o mercado segurador em Portugal “precisa de crescer 50%” para convergir com a média europeia. Porquê?

■ Quando compararmos o mercado português com a média do europeu existe uma razão: temos em Portugal lacunas significativas em áreas de cobertura quer do lado dos cidadãos quer das empresas.

■ Em que áreas?

■ Por exemplo, na área da proteção para a reforma e aplicação das poupanças dos portugueses no longo prazo. Nos países da União Europeia os cidadãos têm uma parte significativa desses montantes para a reforma no sector segurador, em Portugal o montante é muito diminuto. A proteção de catástrofes é outra área que em Portugal também tem lacunas muito significativas (ver texto ao lado). E há áreas onde a profundidade ao nível do sector ainda não existe: a cibersegurança é uma delas. Os outros países europeus têm estado em franco desenvolvimento nesta área e em Portugal estamos numa fase muito embrionária. Por

tudo isto, há um potencial de crescimento.

■ De quem é a culpa deste atraso?

■ De todos nós, dos sucessivos governos e poder político que não tem sido sensível a estes riscos mais partilhados, das autoridades de regulação e supervisão que não têm conseguido passar a mensagem não só para os governos mas também para os cidadãos que não se protegem, e se encostam muito ao Estado, que está ali para pagar. Há uma culpa coletiva mas devemos olhar para o futuro e pensar o que cada um de nós pode fazer para alterar o contexto.

■ Como é que garante que este crescimento não resultará apenas em mais lucros para seguradoras e menos proteção real para os consumidores?

■ Não vejo isso assim. As seguradoras têm de trazer novos produtos para cativar as pessoas. Depois, temos todos — cidadãos e empresas — de entender o papel significativo de pré-financiar situações futuras de debilidades e tornar a sociedade muito mais resiliente. Mas claro

que, sendo a atividade dos seguros privada, ninguém andará neste setor para perder dinheiro de forma consecutiva. O que mais importa é perceber que os cidadãos europeus têm um nível de estabilidade dado pelo sector segurador que não conseguimos atingir.

■ Terá a ver com a própria situação económica dos portugueses, mais impostos, salários mais baixos...

■ O rendimento disponível é importíssimo. Mas, se olhar para o que os portugueses fazem ao rendimento disponível, nós aplicamos os rendimentos mal. Terá a ver com a forma como a mensagem é passada às pessoas. Por alguma razão, em Portugal, 48% do rendimento disponível está em depósitos à ordem, quando a média em termos europeus andará à volta dos 30% e nos países mais preparados ronda os 15% (Países Baixos, Suécia, Dinamarca). E depois temos o espelho ao contrário, quanto desse rendimento disponível está aplicado em poupança a longo prazo, seguros e fundos de pensões: em Portugal anda à volta de 11%, nos melhores países ronda os 46%, 47%.

■ A culpa das pessoas?

■ A culpa não é só das pessoas. Obviamente que a literacia financeira é muito importante, mas depois da experiência internacional que tive, não é só através da literacia financeira, dando o máximo de informação, que o cidadão comum vai ser um decisor racional. É mentira. Toda a gente é responsável aqui, mas quem tem o que pouparamos? Os bancos. Os bancos têm responsabilidade em aconselhar os clientes de forma correta.

■ Está a dizer que os bancos devem aconselhar as pessoas a tirar o dinheiro dos depósitos e a colocá-lo no sector segurador?

■ Qualquer intermediário financei-

“

DEVÍAMOS TER UM PRODUTO DE POUPANÇA PARA A REFORMA TÃO SIMPLES DE SUBSCREVER COMO UM DEPÓSITO A PRAZO

”



PERFIL GABRIEL BERNARDINO

Tem 60 anos, é casado e tem dois filhos. E o que lhe vem à cabeça quando lhe perguntamos que prioridades tem, diz: "Ser feliz." Licenciado em Matemática e mestre em Estatística e Optimização, esteve 22 anos na ASF, dos quais de 2007 a 2011 como diretor-geral. Foi o primeiro presidente da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) de 2011 a 2021. Afirma não saber como chegou o seu nome ao executivo de Luís Montenegro, mas garante: "Não foi por mim." Recebeu vários convites após recuperar de uma doença que o fez sair da liderança da CMVM, mas só em 2024 aceitou trabalhar como consultor do Banco Mundial (colaborando nos Programas de Avaliação do Sector Financeiro (FSAPs). Gabriel Bernardino ri com o facto de as pessoas dizerem que não se deve voltar à casa onde já foram felizes, que é precisamente o que está a fazer. "É mais uma barreira que vou derrubar."

investimento de longo prazo. E quando chegar mais perto da idade da reforma o investimento já será mais moderado ou conservador.

■ Quando se começa a trabalhar nem sempre se consegue poupar?

■ Depende da situação específica de cada pessoa, de qual é o designio de vida da pessoa, mas se quiser fazer um planeamento da sua carreira e da sua vida, é bom que toda a gente possa efetuar alguma poupança, mesmo que pequena. Há aqui um sofisma de que poupar é para os ricos. Não é. Poupar é mais relevante para as classes com menos rendimento do que para os ricos. O sistema, o Estado, devia potenciar ainda mais a poupança para pessoas com menores rendimentos.

■ Com mais incentivos fiscais?

■ Simplificação: menos complexidade nos produtos, mais simples de subscrever; estratégias de investimento de longo prazo em função do ciclo de vida; e, obviamente, a fiscalidade. Uma fiscalidade atrativa quer para as pessoas e para as empresas, para que possam potenciar essas reformas. Atrativas e estáveis, porque não se pode andar sempre a alterar os regimes fiscais.

■ O que se deve mudar no regime fiscal?

■ Os benefícios fiscais atrativos têm de ser para as poupanças de médio e longo prazo, onde as pessoas estão dispostas a deixar capital paciente (de lado). Do ponto de vista macroeconómico é este capital paciente que vai permitir ao Estado fazer investimentos na economia, nas infraestruturas, na transição digital, na transição climática e ficamos todos mais fortes enquanto sociedade.

Presidente da ASF quer mudar hábitos dos portugueses para melhor se protegerem na vida ativa e na reforma

ro, incluindo os bancos, deve ter em conta o que é melhor para o cidadão. Se há possibilidade em fazer um investimento de longo prazo, o risco muda de figura, deixa de haver tanto risco. Essa é uma das questões importantes. Temos de dar a volta aqui em Portugal. Há três perfis de risco: conservador, moderado e agressivo. Ora, sejamos claros: 99,5% das pessoas são conservadores, todos temos aversão à perda. Isto é natural.

■ O que tem de mudar?

■ Explicar com números. Isto não são ideologias, nem sentimentos: se a pessoa pode investir a mais longo prazo, não deve ter depósitos — a rentabilidade é negativa se fizermos a média dos últimos 10 anos. Isto tem a ver com a necessidade de Portugal ter um novo produto de poupança para a reforma. Os PPR são um produto quase líquido, não são só os depósitos que dão rentabilidades negativas, há muitos PPR que também dão. E este é o produto estrela da poupança, agora veja.

■ Mas não existem produtos para poupar a longo prazo acessíveis...

■ O ecossistema tem de ter um produto menos complexo, na sua génese e na definição e na própria comercialização. Isto é muito relevante: devíamos ter um produto de poupança para a reforma tão simples de subscrever como um depósito a prazo. Depois, devíamos ter um produto verdadeiramente de longo prazo, com uma estratégia de investimento clara. Deve haver restrições, já que o PPR foi adulterado.

■ Que tipo de restrições?

■ Ter políticas de investimento com a lógica do ciclo de vida do cidadão. Quando mais jovem, por volta dos 30 anos, pode ter mais risco para o dinheiro render mais; se, num ano perder, recuperar nos outros, sendo o

QUANDO CHEGAM À IDADE DA REFORMA, AS PESSOAS PERDEM O SEGURO DE SAÚDE. O SISTEMA TEM DE SER REPENSADO

■ O que vai fazer para convencer os governantes e as seguradoras?

■ Vamos trabalhar com todos os atores deste ecossistema. Necessitamos de ter um diálogo profundo com o mercado, com as associações dos consumidores, ter uma discussão o mais alargada possível, e bastante consentânea com as diferentes visões do país. Estamos a acabar o plano estratégico, não nos vamos comprometer com prazos. A primeira etapa é estudar a situação em concreto e mostrar os números. A rentabilidade do que as pessoas têm nas suas poupanças hoje deve ser claramente transmitida, para poderem saber escoher. Vamos começar por aí.

■ Quem vai sensibilizar?

■ Todos os atores. A banca é relevante, o Governo também. Todos os responsáveis e intermediários financeiros são responsáveis no aconselhamento: bancos, seguradoras, fundos de investimento. O que queremos fazer não é só em Portugal, é em toda a Europa. É neste foco que a comissária europeia Maria Luis Albuquerque está a trabalhar. A Europa pode ganhar mais competitividade e dar a todos os cidadãos e empresas um futuro mais risonho. E a nossa economia precisa.

■ Por onde se deve começar?

■ O nosso edifício global da previdência social, para ser virtuoso, tem de ter os três pilares: público, empresas e particulares. O primeiro é fundamental, mas temos de criar condições para potenciar o segundo e o terceiro pilares. A parte das empresas é fundamental. Está provado nos diferentes países que a poupança para a reforma através das empresas (fundos) é a forma mais eficiente. Permite ter uma escala maior, reduzir os custos e obter melhores rendibilidades. Seria, por isso, importante que Portugal pudesse seguir o caminho dos países que a têm. Há, hoje em dia, diferentes soluções para que as pessoas sejam incluídas nesses esquemas de poupança, através de uma contribuição adicional que pode começar por montantes baixos. É muito importante as pessoas saberem o que lhes acontecerá quando se reformarem após 2040 e o que podem ganhar com uma prestação adicional [segundo pilar].

■ Outra vertente é o crescimento dos seguros de saúde. Preocupa-o?

■ Há uma questão que me preocupa: o facto de os seguros de saúde em Portugal funcionarem numa lógica de renovação anual. Isto cria dificuldades quando as pessoas se reformam. O que lhes acontece regra geral? Estão numa empresa, a empresa confere-lhes um seguro, mas quando chegam à idade da reforma perdem o vínculo à empresa e ao seguro, numa altura em que mais precisam dele e sem capacidade para fazer um seguro acessível a um preço que possam pagar, porque os custos dispararam quando a idade avança. Temos de pensar numa forma de podermos mitigar isto. Em outros países o seguro de saúde é visto numa ótica plurianual, para que seja feito durante 10 anos, ou de forma vitalícia. Durante os anos em que está na vida ativa paga mais para depois continuar a ter apoio na reforma. O sistema tem de ser repensado como um todo.

■ Há quatro milhões de pessoas seguras...

■ Os seguros de saúde são um caso de sucesso. Mas há questões que também aqui nos preocupam. Temos vindo a assistir a um crescimento dos custos na área da saúde, pela própria inflação médica, mas também do sistema em si, o que conduz a um aumento dos preços. Haverá uma altura em que as pessoas podem não os conseguir pagar. Deve haver mais concorrência e diferentes modelos de negócio para mitigar os riscos.

ivicente@expressoimpresa.pt